

EDITAL N.º 01/2021

O Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público brasileiro (CDEMP), a Associação Nacional de Membros do Ministério Público (CONAMP), a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), a Unidade Nacional de Capacitação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), e a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), resolvem:

TORNAR PÚBLICO

Critérios para elaboração e submissão de artigos a serem publicados no livro “Ministério Público Contemporâneo e do Futuro”, com base nas seguintes linhas de atuação: MP resolutivo e extrajudicial: soluções práticas; Atuação do MP baseado em evidências; Acordos e o MP; Gestão no MP e novas perspectivas político-institucionais.

TÍTULO I – DO PROJETO

1. Justificativa

A elaboração de uma obra coletiva de autores, com experiência prática e profissional e conhecimento nas áreas temáticas do livro, poderá contribuir, e muito, para a análise e discussões dos avanços, principais problemas e desafios que envolvem a atuação ministerial, nas respectivas áreas elencadas.

Destaca-se também a oportunidade de se refletir sobre o Ministério Público brasileiro, seu papel social, suas funções, sua importância no paradigma do Estado democrático de direito e sua dimensão constitucional, de modo articulado às comemorações alusivas aos 50 anos da CONAMP.

2. Título do Livro

“Ministério Público Contemporâneo e do Futuro”.

3. Objetivos

a) Contribuir para a análise e discussão de temas atuais e desafiadores da atuação do Ministério Público brasileiro, com destaque para os seguintes assuntos: MP Resolutivo e extrajudicial: soluções práticas; Atuação do MP baseado em evidências; Acordos pelo MP; Gestão no MP e Novas Perspectivas Político-Institucionais, para analisar os impactos, os avanços e eventuais retrocessos ocorridos ou que porventura possam ocorrer e, especialmente, com um prognóstico das transformações institucionais futuras.

b) Reunir em uma única obra artigos elaborados a partir de experiências acadêmicas, teóricas e práticas de autores, pesquisadores e profissionais com vivência institucional e domínio da temática proposta.

c) Disseminar o conhecimento, a prática e a cultura jurídica elaborados e acumulados pelos autores e suas reflexões, com ênfase na atuação do Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado e comprometido com a defesa e garantia dos direitos fundamentais.

4. Os trabalhos a serem publicados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para aplicações educacionais e científicas, desde que indicada a fonte.

5. Os autores não serão remunerados pela publicação de seus trabalhos.

TÍTULO II - DA SUBMISSÃO DOS TRABALHOS

6. Os artigos deverão manter relação de pertinência temática, com o título da obra.

7. Os trabalhos poderão ser de autoria individual ou coletiva e, de preferência, inéditos no Brasil.

8. Os trabalhos deverão seguir as normas estabelecidas nos anexos do presente edital.

9. Os conceitos e opiniões contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade dos seus autores, bem como eventual conflito de interesse, eximindo-se os membros da Comissão Editorial, bem como das instituições apoiadoras, de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo desses trabalhos.

10. Os autores deverão assinar o termo de cessão de direitos autorais presente no Anexo 2 deste Edital, digitalizá-lo e encaminhá-lo na extensão .pdf. Quando em coautoria, cada autor deverá assinar e encaminhar termo de cessão próprio.

11. Os autores poderão promover a republicação dos trabalhos em outros periódicos, desde que haja a expressa menção de publicação anterior nesta obra.

12. O envio do texto indica que os autores expressam acordo e aceitação em relação às normas do presente edital e implica a autorização expressa para publicação.

13. Os artigos deverão ser submetidos para o endereço eletrônico: mpcontemporaneo@mppr.mp.br , impreterivelmente, até o dia 30 de junho de 2021.

TÍTULO III - DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

14. A Comissão Editorial do livro coletivo, responsável pela sua organização e publicação, avaliará os artigos.

15. A decisão da Comissão Editorial organizadora do livro será comunicada, via e-mail, aos autores, indicando: a) aprovação; b) aprovação com ressalvas para adequação. Não serão devolvidos aos autores os originais enviados por e-mail submetidos à apreciação.

16. Os trabalhos aprovados que apresentem mínimas inadequações formais e técnicas serão, a critério da Comissão Editorial e para atender às regras previstas neste edital, alterados quando de sua revisão, mantendo-se o conteúdo e o sentido do texto.

17. Os trabalhos aprovados com ressalvas para adequações de conteúdo poderão ser reenviados pelo autor por e-mail, realizadas as adequações indicadas, até o dia 09 de julho de 2021, e serão encaminhados à Comissão Editorial para nova avaliação.

18. Os critérios, as opiniões e as razões fundantes da avaliação dos trabalhos, externadas pela Comissão Editorial, serão mantidos em rigoroso sigilo, exceto na hipótese de aprovação com ressalvas para adequação, previsto no item 16.

19. Eventuais omissões do presente edital serão resolvidas pela Comissão Editorial.

Curitiba, 17 de março de 2021.

Eduardo Cambi

Promotor de Justiça
Diretor da Escola Superior do MPPR
Presidente do CDEMP

Marcelo André de Azevedo

Promotor de Justiça
Diretor da Escola Superior do MPGO
Diretor da ENAMP

Manoel Victor Sereni Murrieta e Tavares

Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público -
CONAMP

Fabiano Dallazen

Promotor de Justiça
Presidente do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça - CNPG

Fernanda Marinela

Presidente da Unidade Nacional de Capacitação - UNC do Conselho Nacional
do Ministério Público - CNMP

Fábio George Cruz da Nóbrega

Procurador da República
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR

ANEXO I

METODOLOGIA DA COLEÇÃO

1. Os artigos deverão manter relação de pertinência temática, geral, com o título da obra e, específica, com a temática tratada em cada capítulo.
2. Dentre os autores, ao menos um, deverá ser membro do Ministério Público Brasileiro.
3. A obra conterá:
 - Apresentação dos coordenadores
 - Prefácio
 - Índice
 - Introdução
 - Parte Geral
 - Parte Especial
4. Não serão admitidos artigos que não mantenham relação direta de adequação com o título do capítulo.

METODOLOGIA DOS ARTIGOS

5. O trabalho deve ser encaminhado em duas vias, uma na extensão .pdf, outra na extensão .odt ou .doc, de forma editável.
6. Na primeira página, antes do início do trabalho, devem constar:
 - a) o título e o subtítulo (se houver), em português, expressando o conteúdo principal do artigo de forma objetiva e clara, em maiúscula e negrito;
 - b) nome completo do autor, titulação acadêmica, vínculo institucional, atividades exercidas, cidade, país, endereço completo para correspondência (logradouro, número, cidade, país e e-mail), telefone e endereço de e-mail;
 - c) resumo, em português, constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas, não se configurando em mera enumeração de tópicos e, ainda, não devendo ultrapassar 150 (cento e cinquenta) palavras;
 - d) 5 (cinco) palavras-chave representativas do conteúdo do trabalho que devem estar dispostas logo após o resumo, antecedidas da expressão "palavras-chave", separadas entre si por ponto e vírgula e finalizadas por ponto final.
7. Os artigos deverão conter:

- Título
- Nome do autor e sua qualificação profissional
- Sumário
- Resumo
- Palavras-Chave em português
- Introdução
- Tópicos dos artigos devidamente numerados e organizados de forma destacada, em negrito
- Conclusões
- Referências
- Fontes das figuras

8. Os originais devem conter no mínimo 15 (quinze) páginas e não devem exceder 25 (vinte e cinco) páginas. Textos mais extensos do que o padrão serão publicados, a critério da Comissão Editorial, caso seu tamanho seja justificável.

9. Na formatação dos originais o tamanho do papel deve ser A4, orientação retrato. Deve ser utilizada a fonte "Times New Roman", tamanho 12, estilo normal, exceto título, que deve ter tamanho 14 e ser negrito; espaçamento 1,5 cm e alinhamento justificado; parágrafos iniciados a 1,25cm da margem esquerda; margens, superior e esquerda, de 3cm, inferior e direita, de 2cm;

10. As citações diretas e indiretas devem observar as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), excluída a forma "autor-data". As citações devem ser feitas em aspas, sem a utilização de itálico e, se ultrapassarem 3 (três) linhas, devem iniciar na margem do parágrafo seguinte, sem recuo, com fonte "Times New Roman" 10, espaçamento simples e terminar na margem direita. Nessa hipótese, deve-se deixar uma linha em branco antes e depois da citação.

11. O uso de "op. cit.", "idem" e "ibidem" nas notas bibliográficas deve ser evitado, substituindo-se pelo nome da obra por extenso.

12. As referências bibliográficas devem ser apresentadas no final do trabalho, em seção específica de acordo com as normas da ABNT.

13. As notas de rodapé devem ser reduzidas ao mínimo necessário.

14. Diagramas, quadros, tabelas e figuras podem ser colocados no texto, mas devem ser numerados e suas fontes devem ser apresentadas no final do texto, após as referências. Sua posição deve ser indicada no próprio texto, constando referência a eles no corpo do artigo. Deve-se evitar a repetição de informações contidas no texto.

15. Para a diagramação, a Comissão Editorial solicitará o envio dos arquivos das imagens em formato .jpeg com resolução mínima para impressão.

16. A numeração do sumário deverá sempre ser feita em arábico. Deve-se numerar, inclusive, a introdução e a bibliografia.

17. Para dar destaque a determinado trecho do texto, deve-se utilizar somente o itálico, preterindo-se o negrito e a sublinha.

18. O autor deverá fazer constar, no final do artigo, a data em que foi escrito o trabalho de sua autoria.

19. Os autores poderão trabalhar com estudo de casos, sendo necessária, de qualquer forma, a indicação de casos concretos, na jurisprudência ou na prática institucional.

ANEXO 2

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS

Eu _____ (nome),
portador do RG n.º _____, inscrito no CPF/MF n.º
_____, _____ (titulação
acadêmica e vínculo institucional, cidade e país), residente e domiciliado à

(logradouro, número, cidade, país), declaro, para todos os fins de direito, que o
trabalho

_____ (título do artigo) é de minha
_____ (especificar autoria ou coautoria - se
houver coautoria indicar expressamente o nome do coautor, que também
deverá preencher ficha idêntica), cedendo graciosamente à publicação
_____, os direitos autorais
pertinentes ao mencionado trabalho nesta obra, em meio impresso e
eletrônico, ressalvados os direitos autorais morais inalienáveis.

_____ (cidade), _____ de _____ de 2021.

(Assinatura)